

# A ECONOMIA PARANAENSE E A RMC\*

Zeno Soares Crocetti\*\*  
UFSC/UNIBEM, CURITIBA, PR,

## Resumo

Com a conclusão da presente pesquisa, objetivamos fazer uma interpretação da Formação Sócio-espacial do Paraná, nas suas mais diversas determinações, no sentido de contribuir para elucidação de sua Formação Social. Considerando que, existem ainda nos dias de hoje uma grande difusão de interpretações, dissimuladas e ampla, recheadas de muitas contradições, não só a respeito das Formações Sociais do estado do Paraná, bem como sobre as razões do desenvolvimento da economia paranaense. Iniciamos com um balanço crítico das análises interpretativas das Formações Sócio-espacial paranaense. Foram levantadas sugestões de um debate teórico e diretrizes analíticas e investigativas – pesquisas de campo – voltadas à problematização do desenvolvimento regional paranaense, discutindo sua base conceitual e metodológica. O desenvolvimento, como processo multifacetado de intensa transformação estrutural, resultado de múltiplas e complexas determinações, interações e combinações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade.

Fizemos uso da metodologia da formação sócio-espacial proposta por Milton Santos e trabalhada por Armen Mamigonian, em seu aspecto local e regional.

**Palavras-chave:** Formação sócio-espacial; geografia econômica; Paraná; formação social e desenvolvimento.

## ECONOMY PARANAENSE AND RMC

### Abstract

With the conclusion of the present research, we aim to make an interpretation of the Socio-spatial Formation of Paraná, in its most diverse determinations, in the sense of contributing to the elucidation of its Social Formation. Considering that, nowadays, there is still a great diffusion of interpretations, disguised and wide, filled with many contradictions, not only about the Social Formations of the state of Paraná, as well as about the reasons for the development of the economy of Paraná. We begin with a critical assessment of the interpretative analyzes of the Socio-spatial Formations of Paraná. Suggestions were raised for a theoretical debate and analytical and investigative guidelines - field research - aimed at problematizing regional development in Paraná, discussing its conceptual and methodological basis. Development, as a multifaceted process of intense structural transformation, the result of multiple and complex determinations, interactions and social combinations that seek to broaden the horizon of possibilities of a given society.

We made use of the methodology of socio-spatial formation proposed by Milton Santos and worked by Armen Mamigonian, in its local and regional aspect.

**Key-word:** Partner-space formation; economic geography; Paraná; social formation and development.

---

\* Resumo do trabalho do: Grupo de pesquisa Formação Sócio-espacial: Mundo, Brasil e regiões da USP, sob coordenação do Professor Armen Mamigonian. Trabalho submetido ao VII encontro da ANPEGE, UFF, setembro de 2007.

\*\* Professor de geografia na UNIBEM em Curitiba.

## **Introdução**

Com a conclusão da presente pesquisa, objetivamos fazer uma interpretação da Formação Sócio-espacial do Paraná, nas suas mais diversas determinações, no sentido de contribuir para elucidação de sua Formação Social. Considerando que, existem ainda nos dias de hoje uma grande difusão de interpretações, dissimuladas e ampla, recheadas de muitas contradições, não só a respeito das Formações Sociais do estado do Paraná, bem como sobre as razões do desenvolvimento da economia paranaense.

Iniciamos com um balanço crítico das análises interpretativas das Formações Sócio-espacial paranaense. Foram levantadas sugestões de um debate teórico e diretrizes analíticas e investigativas – pesquisas de campo – voltadas à problematização do desenvolvimento regional paranaense, discutindo sua base conceitual e metodológica. O desenvolvimento, como processo multifacetado de intensa transformação estrutural, resultado de múltiplas e complexas determinações, interações e combinações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade.

Fizemos uso da metodologia da formação sócio-espacial proposta por Milton Santos e trabalhada por Armen Mamigonian, em seu aspecto local e regional.

Como ponto de partida do trabalho, foi resgatado o conjunto de estudos elaborados pelos mais variados institutos de pesquisa, sejam eles setoriais, regionais, federais (IBGE, BNDES, FGV, IPEA), estadual (CODEPAR, BANEP, BRDE e IPARDES), ou outros – que interpretaram, retratam e analisam a realidade paranaense. Fizemos uso da literatura disponível, tanto técnica científica, dos viajantes, cronistas, além de leituras regionais e teses sobre o tema.

A quantidade de estudos e regionalizações existentes, mesmo dentro do aparelho de Estado, mostra a complexidade em estabelecer recortes espaciais que expressem as realidades regionais. Mais ainda, sendo o motor da investigação o processo de desenvolvimento, portanto de mudança econômica e social, as regiões devem ser consideradas como em permanente construção, alterando constantemente a estrutura interna e redefinindo continuamente os limites regionais, dados as articulações intra-regionais e com a economia estadual, nacional e internacional.

## **Os Referenciais Teóricos e Metodológicos**

Enquanto base teórico-conceitual partiu-se do princípio de que os estudos a serem desenvolvidos para comprovação ou não das hipóteses levantadas, terá o caráter

teórico e prático. Significa dizer que não se concebe a descrição desvinculada da explicação da realidade, ou seja, "o que existe" e o "por que existe" estão interligados.

Alguns esclarecimentos se fazem necessários acerca dessa proposta de trabalho. O enfoque a partir da questão regional, como opção para interpretar e explicar as gêneses das desigualdades territoriais na produção e distribuição das várias Formações Sociais, fazendo uso das categorias de análise marxistas, aliada as categorias de Formação sócio-espacial, de Santos e Mamigonian, Ciclos econômicos/dualidade, trabalhados no Brasil principalmente por Rangel. Esses ciclos são os chamados ciclos longos ou de Kondratieff a os ciclos médios ou Juglarianos brasileiros e de dualidade básica da economia brasileira (desenvolvida por Ignácio Rangel a partir da década de 1930). Também iremos fazer uso das Combinações Geográficas de Cholley, cujo uso é pouco usual entre os geógrafos econômicos. Raramente as Formações Sociais, o funcionamento do modo de produção capitalista, como sistema mundial articulado e as combinações e disparidades inter-regionais na apropriação da riqueza são tratadas como uma questão territorial, mas estão inscritas no espaço, desde as origens da produção mercantil e constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

A grande contribuição de Cholley é a análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, utilizando-se das combinações que se articula para explorar o meio. As combinações geográficas oferecem localização especial (CHOLLEY, 1964), as combinações geográficas são aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e ao se articular criam no meio um caráter de estabilidade, de duração ou renovação periódica.

As formulações sobre o sistema capitalista, segundo (KONDRATIEFF, 1922), apresentam ciclos de crescimento e depressão, de duração média de 50 anos, determinados pela obsolescência tecnológica, não cabe, agora, análise e interpretação desses ciclos, mas não se pode desprezar a importância deles na identificação dos momentos em que as grandes inovações tecnológicas são implementadas na economia mundial. Essa dinâmica segundo (SCHUMPETER, 1984), é decorrente da destruição criativa, na qual as velhas estruturas são substituídas pelas novas, essa dinâmica conduz a economia a níveis mais elevados e presumivelmente ao bem estar.

## **Hipótese**

Durante o governo Lerner (1995-2002), foi montado um parque industrial, e em pouco tempo o perfil do Paraná mudou. Cerca de 22 bilhões de dólares foram investidos entre 1996/2000, e nos dois últimos anos (2001-02) aproximadamente mais uns 5 bilhões de dólares foram investidos no Paraná.

Para atrair esses investimentos o governo Lerner se valeu da posição estratégica do Paraná em relação aos países do MERCOSUL, sua infraestrutura (rodovias, ferrovias, porto próximo à capital, aeroporto internacional, telefonia, energia), disponibilidade de mão de obra e qualidade de vida.

Mais talvez o principal motivo que atraiu os investimentos para o Paraná seja; as isenções fiscais, linhas de crédito subsidiadas e infraestrutura privilegiada em obras, energia, recursos hídricos e telecomunicações, aliado à isenção e diluições de impostos municipais e estaduais, como IPTU e ICM. Aqui temos um bom exemplo de como o capital estrangeiro encontra no Brasil uma legislação privilegiada que não coloca restrições e nem regulações, só favorecimento a sua entrada, e não dispõem e nem prevê compensação ao capital nacional aqui instalado.

Dois grupos de indústrias vieram para o Paraná. No primeiro grupo estão às montadoras de veículos e, como conseqüências, as fábricas de autopeças, que estão se estabelecendo nos municípios próximos à capital. No segundo grupo estão às indústrias que garantem a diversificação da produção e se espalharam por várias regiões do Estado, como as fábricas de laticínios, congelados, bebidas, papéis, madeira, refrigerantes, sucos, café, tecidos, embalagens etc.

## **O Modelo**

A variante neoliberal no Brasil (assim como na América Latina) consiste de algo diferente dos modelos Japonês, Europeu e Estadunidense. Nos Estados Unidos, o próprio Estado de bem-estar social contou com uma grande rede de empresas privadas, que complementavam os serviços públicos. No Japão, o grosso do atendimento da população, quanto aos bens sociais, sempre foi feito por empresas privadas. Em ambos os países, constituem uma tradição, dispor de um conjunto de empresas privadas para atender o público, dos bens sociais no varejo. Na Europa, com exceção da Inglaterra, que desenvolveu um modelo semelhante ao dos Estados Unidos, a Alemanha e a Itália apostaram nos serviços cooperativos e os outros países da Europa, de um modo geral, construíram o seu modelo de Estado de bem-estar a partir da ação da social

democracia, os bens sociais foram desmercantilizados com uma forte oferta pública e praticamente inexistindo empresas de atuação no setor de varejos. (SODRÉ; 1998, p. 40-41)

O Brasil está construindo o seu projeto neoliberal, iniciado no governo Collor e aprofundado no governo Fernando Henrique Cardoso, dentro de um projeto de construção de um centro dinâmico para a economia brasileira, mas agora num contexto da globalização – parece que FHC não tinha abandonado a sua perspectiva de “autonomia na dependência”. Dessa maneira se implicou a criação de um sistema de financiamento interno que estimulou um conjunto de atividades econômicas voltadas para o varejo e estímulo a competição em algumas áreas no plano internacional. Os bens sociais no Brasil, mesmo quando oferecidos pelo Estado, o é em estreita parceria com a iniciativa privada – os fornecedores são na grande maioria privados (de livros didáticos a remédios) e já ocupam os maiores filões de renda (tanto como escolas privadas, hospitais privados, segurança privada, concessionárias de estradas etc.).

A Nova Ordem Mundial (Neoliberalismo Globalizado) se sustenta nas velhas desigualdades entre os habitantes, assim como nas velhas distinções entre classes de países. Os caciques da aldeia global são os 23 países desenvolvidos, que concentram nada menos que 80% do Produto Interno Bruto (PIB) do globo, US \$ 20,5 trilhões, mas onde moram apenas 15% da população: Estados Unidos, Canadá, países da Europa Ocidental, Austrália, Japão e Nova Zelândia. Neste grupo exclusivo, a renda *per capita* média é US \$ 24 mil. Nos outros 162 países, US \$ 1 mil. (ONU: 2004, p. 67-78)

"É fácil de constatar as disparidades, basta dar uma volta nas ruas", disse o cientista político e lingüista estadunidense Noam Chomsky (1998), ao visitar pela primeira vez o Brasil. Diariamente, circulam US \$ 3 trilhões nos mercados financeiros mundiais. Diariamente também, um quarto dos habitantes do planeta vai dormir com fome, o que corresponde a cinco vezes a população dos Estados Unidos.

Há cada vez menos barreiras para o percurso do capital. O volume de comércio exterior, base da internacionalização econômica, cresceu em média 5,3% nos quatro primeiros anos da década de 90, o maior avanço desde o início dos anos 70. Não houve, porém, contrapartida no aumento da riqueza mundial. Ao contrário: a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto nos anos 90 foi a mais baixa da segunda metade do século 20, 1,71% ao ano em média, segundo mostra um estudo do economista Simão Silber, professor de Economia da USP (BENKO, 1995, p. 51-71). A conclusão é

que a intensificação da circulação de mercadorias entre os países, uma marca do globalitarismo, não tem melhorado a vida da maioria das pessoas nem tampouco da maior parte dos países. O capital circula com mais velocidade, mas a quantidade de produtos continua praticamente a mesma, ou seja, maior produção com menos trabalho, logo menos consumo.

Para os países candidatos ao modelo nessa guerra global, reza o manual globalitário que é necessário satisfazer cinco condições:

- Estabilidade da economia com crescimento controlado;
- Modernidade através de reformas eficazes;
- Flexibilidade administrativa, produtiva e trabalhista;
- Privatizações (Estado mínimo);
- Globalização da economia, livre cambismo total.

Para a implantação do projeto da nova ordem mundial (o globalitarismo) o Estado nacional – como o conhecemos hoje – deve ser eliminado. A coordenação das políticas macroeconômica passa para os cartéis (megaempresas globais) ou organismos internacionais (FMI/Banco Mundial/OMC). Os serviços públicos devem ser privatizados para se adaptar as estratégias globais. O Estado Mínimo passa a ser então sinônimo de legislação e ainda assim basicamente na área civil, pois as de ordem econômica e trabalhista devem ser padronizadas e flexibilizadas – a formação da União Européia expressa claramente esta perspectiva. E também deve se organizar, assumindo total responsabilidade para que os excluídos não perturbem os incluídos na “nova ordem”, garantindo a esses, ordem e segurança que a produtividade/qualidade/ racionalidade requer. Hoje se fala em políticas compensatórias para diminuir os impactos dessa política globalitária excludente e geradora de mais pobreza, fruto dos ajustes estruturais em curso para adaptar as economias locais à lógica da nova dinâmica da economia mundial.

## **1. AS FORMAÇÕES SÓCIAIS E A CONCENTRAÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA**

### **1.1 Interpretações Sobre o Desenvolvimento Econômico**

*Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.*

Milton Santos, 1977.

### *Introdução*

O lugar é o meio das unidades complexas, ou seja, o território usado apresenta um padrão de ordem, que se manifestam pelas formas, funções, estruturas e processos, da qual fazem parte às várias subunidades, que se constroem e se relacionam criando campos de interação. Nesse macro-organismo vivo, portanto, a noção importante a ser construída para se compreender os sistemas de objetos e sistemas de ações, vistas como totalidades multidimensionais, conforme formulou André Cholley e Milton Santos, em 1948 e 1977, é a de "combinações geográficas e Formação Sócio-espacial".

As sínteses das múltiplas determinações e combinações constituem a manifestação do conjunto das totalidades dos vários elementos convergentes da realidade, em uma porção precisa de um território dado, isto é, numa superfície terrestre específica, passível de ser identificada como unidade. Expressam-se por fenômenos de convergência em campos interativos distintos, manifestando-se como ordem de complexidade, nas múltiplas dimensões e escalas de organização dos lugares no mundo.

Na compreensão de Santos, a Formação Econômica e Social era a categoria de análise que buscava explicar o desenvolvimento dos tipos de sociedade, nas suas mais variadas escalas, com métodos dialéticos e tendo como resultado um estudo mais totalizador. Essa categoria agrupava multiplicidade de determinações analíticas em combinações capazes de aproximar o teórico e o empírico. Entretanto Santos verificou a ausência da categoria de espaço nas análises geográficas e elaborou uma interpretação original na forma de utilizar essa categoria. Surgiu a idéia da trialética, ou seja, Formação Econômica, Social e também Espacial.

Nas Interpretações de Santos ele diagnosticou que as relações que tratam da Formação Social acontecem em um determinado espaço geográfico, assim, "a noção de formação social esta indissociavelmente ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, ela não pode ser tratada sem que se leve em conta à noção de espaço geográfico; afinal, este aparece tanto como um produto quanto como uma condição de (re) produção das sociedades." (SILVA, 1997, p. 13).

Como citamos a Formação Sócio-espacial, ainda permite re-introduzir na Geografia uma abordagem histórica, ***síntese de múltiplas determinações*** (Marx),

dando uma visão totalizadora e multidisciplinar, como insiste em denunciar Mamigonian, "manifestada, sobretudo, nos clássicos da Geografia" e que vem se perdendo com as fragmentações e especializações dos estudos geográficos.

As variáveis integrantes dessa complexidade podem ser mais bem compreendidas, nas modalidades impostas por sua ação combinada.

Portanto, da mesma forma que o relevo emerge das inter-relações convergentes de variáveis geológicas, hidrológicas e climáticas, mas também sofre interferências de fatores biológicos e sociais. Da mesma forma, para se interpretar o fenômeno econômico, não se pode abordá-lo como simples abstração, sob pena de transformá-lo em falsa individualidade, por estar fora de uma combinação localizada. O fenômeno econômico, como os outros (sociais, biológicos e físicos), é sempre expressão da coerência estabelecida nessa combinação de variáveis sociais, políticas, biológicas ou físicas.

O local de manifestação das variáveis convergentes apresenta existência objetiva, portanto, é constituído de estrutura e corporalidade. Retrata a ordem da maneira como tais variáveis se ligam e se relacionam.

Sendo assim, o local é o construto formal das interações que incidem naquele plano de contato e constitui sua unidade estrutural, ou seja, a forma física da combinação, podendo ser delimitado, mapeado e observado. Os limites de um local, não só mantém a coerência da integração, como funcionam como interface de trocas de energia entre o "espaço interno" e o ambiente externo da unidade.

Mas, a combinação também contribui para dar origem, no local de sua manifestação, a um "meio" particular, ou "ambiente", expresso pelo campo das interações estabelecidas no plano de contato e desse com seu ambiente externo. O meio é o conteúdo da forma, interage com ela e por se tratar de rede de interações em movimento, responde pelo dinamismo da unidade. Assim o meio é o conteúdo (a energia) e o local a forma (a matéria) de cada unidade da superfície terrestre.

O meio exprime o conjunto das condições oferecidas pelo local e serve de quadro de manifestação da vida ali existente. Como combinação em movimento, o meio manifesta tanto capacidade de se transformar internamente, como de alterar o ambiente no qual se insere, pois mantém relações dialéticas constantes com a sua forma e conexões com o ambiente no qual se insere.



Portanto, o que se combinam não são os elementos, mas suas ações. As forças das variáveis dependem da potencialidade de suas ações no processo interativo.

Entretanto, a complexidade da combinação pode-se ampliar ainda mais, no ambiente humanizado pela atividade industrial. Nesse tipo de combinação, a ação humana é preponderante, embora conte com o suporte de elementos tomados do meio natural (matérias-primas). Entretanto, diferente da combinação agrícola, em que os elementos naturais apresentam um forte peso, na combinação industrial, os elementos de natureza humana (organização do trabalho, técnica, mão de obra) são considerados mais essenciais. Por outro lado, a atividade industrial não se esgota em um único local, mas pode envolver diversas localidades, exigindo as ligações necessárias entre elas (divisão territorial do trabalho industrial). Essas ligações vão depender das virtualidades que cada local apresenta nessa combinação. Alguns locais podem oferecer meios favoráveis à obtenção de matérias-primas, outros de mão-de-obra barata ou técnica, outros aglomeração de consumidores. Essas virtualidades podem atrair políticas de implantação de infra-estrutura de acesso e organização dos estoques e mercados.

As chamadas combinações mistas, ou seja, aquelas, ao mesmo tempo agrícolas e industriais, envolvendo redes de atividades de trocas e comunicações, com suporte em uma rede de cidades e metrópoles, são muito mais complexas ainda. Nesse caso, as dimensões políticas, culturais e econômicas exercem uma influência nada desprezível sobre esse tipo de sistema, na medida em que podem oferecer condições para corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza.

Assim como afirmou SANTOS (1978) "a paisagem não tem nada de fixo, de imóvel" e conforme CHOLLEY (op.cit.) "as combinações geográficas, de certo modo podem corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza".

A situação do endividamento brasileiro atingido até 1984, que conforme RANGEL (1992) foi para financiar a substituição das importações, e os limites de consumo encontrados no mercado internos para os produtos industrializados nas áreas agrícolas brasileiras, agravaram a crise interna do país, potencializada pela depressão do sistema capitalista como um todo. Caracterizou-se, no Brasil, a chamada década perdida, especialmente entre 1981-84, quando a fase depressiva do ciclo longo coincidiu com aquela do ciclo médio interno (de Juglar). Nesse período, deu-se o fim do governo militar e o início da Nova República. (LE BOULEGAT, 2000, p. 57)

Assim, novas combinações se organizam para explorar o meio podendo dar novo dinamismo e impulso ao Estado e mais uma vez alterar a geografia das combinações levando a confirmação das assertivas de CHOLLEY (op.cit) nas quais afirma que não tem sentido perpetuar combinações que não mais se reproduzem.

## **1.2 Concentração dos investimentos na RMC**

O boletim de Análise Conjuntural do IPARDES de 1996, 2000 e 2005 comprovou com dados reais, que 70% dos investimentos feitos no Paraná ficam na Grande Curitiba.

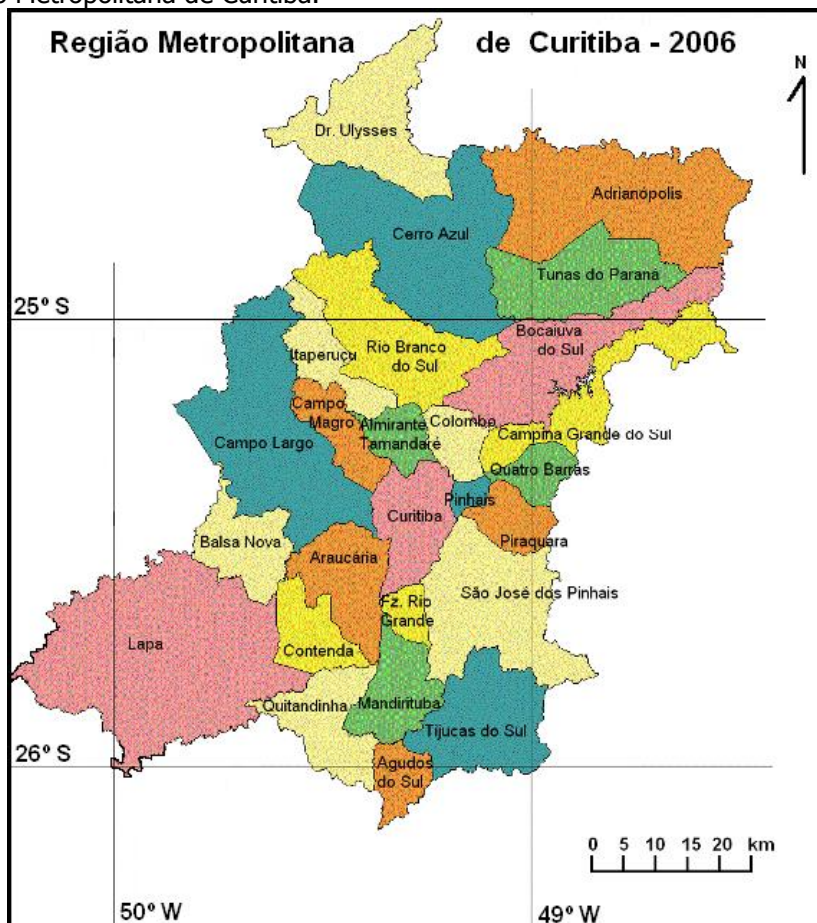
Dos investimentos listados pelo IPARDES, o maior é na área metal-mecânica com 3,649 bilhões \$ US, e na área de material de transportes, com 3,029 bilhões \$ US. Já na área de material de transportes o investimento foi de 100% da RMC, conforme o estudo, e o metal-mecânica mais de 90% também na RMC. Já o investimento agroindustrial, de quase 1 bilhão \$ US (para ser exato \$ 987,3 milhões), se dirigiu ao interior do Estado. Nesse caso, urge não esquecer que no eixo Curitiba/Ponta Grossa está o maior parque das indústrias de beneficiamento de oleaginosas da América Latina. Há um adicional nesse quadro, que alcança 4,753 bilhões \$ US, que trata de inversões privadas diretamente ligadas à produção. Esses totais excluem programações de investimentos em infra-estrutura de energia elétrica, telecomunicações, transportes e distribuição de petróleo que no conjunto superam 4 bilhões \$ US. Ficaram de fora também algumas intenções de investimento de longo prazo manifestadas pela Renault, Klabin e Electrolux, totalizando quase 1 bilhões \$ US. Somando tudo, chegam-se os 12 bilhões \$US, que, segundo o ex-governador Jaime Lerner, iria gerar 180 mil empregos. O quadro a que nos referimos é do setor industrial porque a expressão da agricultura e do extrativismo (setor primário) é de pouco significado no conjunto metropolitano e zerada em Curitiba. Junte-se a isso o potencial do setor terciário (comércio, transportes, serviços), que agregam mais capitais e trabalho e teremos idéia ainda mais forte do desequilíbrio.

O Paraná só será uma unidade integrada e forte se houver não apenas distribuição mais equilibrada desses investimentos, mas uma ação mais coordenada pela difusão do bem-estar.

Reproduzir o modelo paulista, não provará racionalidade e inteligência de nossa parte e muito menos confirmará a expectativa de alguns poucos mal informados com a

proclamada criatividade do nosso ex-governador. O Paraná talvez ganhe, no entanto, num aspecto; o de superar em sua economia a condição de complementaridade da paulista.

FIGURA 1. Região Metropolitana de Curitiba.



Fonte: SEMA, 2006.

Recentemente (IPARDES, 2005, p. 3-12) saiu uma publicação sobre o PIB estadual e que reafirma a concentração da economia na Grande Curitiba: 22% do total do PIB paranaense estão justamente concentrados na RMC. Antes houve aquela outra revelação, num estudo da revista Exame sobre potencial de consumo: a capital paranaense detinha 24% de tudo, o que se consumia no sul do país, isso torna a situação mais perversa, já que em Santa Catarina, Joinville saía à frente com 9%, seguido de Florianópolis com 8%, o que indica uma irradiação mais distributiva. Também à distância entre Curitiba e Londrina era maior do que a estabelecida entre Porto Alegre e Caxias do Sul: a ex-capital do café aparecia com 5%.

TABELA 1 - Investimentos no Paraná 1995-2000.

Setor	Valor milhões de US \$
Serviços públicos	7.007,60
Transporte e armazenagem	4.757,80
Mercado Financeiro	3.567,00

Autopeças e montadoras	3.104,40
Metalurgia/Têxtil/Bebidas	1.395,95
Madeira/Móveis/Papel	1.150,00
Alimentos	936,30
Petroquímica/Construção	573,60
Eletroeletrônica/informática	431,50
Outras	229,20
<b>Total Geral</b>	<b>23.153,35</b>

Fonte: IPARDES, IBGE e Gazeta Mercantil, 2002.

A partilha do ICMS, em que a Grande Curitiba aparece com quase dois terços. Não é para espantar, já que os fatores locacionais, que pesam hoje na escolha das montadoras, são visíveis no agregado da Cidade Industrial acoplada ao distrito fabril de Araucária, onde opera ainda o pólo petroquímico. Araucária e São José dos Pinhais ficam com uma parte ponderável das rendas públicas.

TABELA 2 - Intenções de Investimento Segundo Municípios da RMC - 1995-2000.

Município	Intenção de Investimentos (%)	Investimentos Programados (%)
São José dos Pinhais	21,4	45,8
Curitiba	33,1	20,8
Campo Largo	4,8	16,4
Araucária	13,1	9,8
Campina Grande do Sul	4,8	1,4
Quatro Barras	6,2	1,2
Mandirituba	4,1	1,2
Piraquara	2,1	0,8
Fazenda Rio Grande	2,1	0,7
Balsa Nova	0,7	0,6
Rio Branco do Sul	0,7	0,6
Pinhais	4,1	0,4
Colombo	1,4	0,2
Lapa	0,7	0,1
Agudos do Sul	0,7	0,0
Total RMC	100,0	100,0

Fonte: IPARDES, MOURA, 2004.

Retornamos a análise dos estudos do IPARDES sobre o "Perfil dos Investimentos Industriais no Paraná". Há três gêneros em que o interior sobrepuja a Região Metropolitana: a agroindústria (80,48% contra 19,52%), madeira/mobiliário (90,48%) e bebidas (75,68%). Há um equilibrado, levemente beneficiando o interior: produtos de matérias plásticas (51,72% dos investimentos). Há os de 100% na RMC como minerais não metálicos, material de transportes, perfumaria e gráfica. Interpretando os demais: material elétrico e de comunicações (96,75% na RMC), mecânica (95,38%), metalurgia (88,89%), química (86,25%).

O IBGE, com a sua neutralidade numérica vem mostrando que estamos na véspera do caos com um cinturão de miséria envolvendo cada uma das cidades da região metropolitana de Curitiba.

O ponto relevante é que, nos últimos anos, o capital industrial ganhou enorme mobilidade. Com os níveis de automação atuais, é possível transferir fábricas de um ponto a outro do país e do mundo em um piscar de olhos. Se um estado atrai determinada empresa com incentivos fiscais, no momento em que cessarem os incentivos, ou estados competidores igualarem as condições oferecidas, a empresa simplesmente abandonará o estado inicial, como aconteceu no caso da FORD no Rio Grande do Sul, que se transferiu para a Bahia.

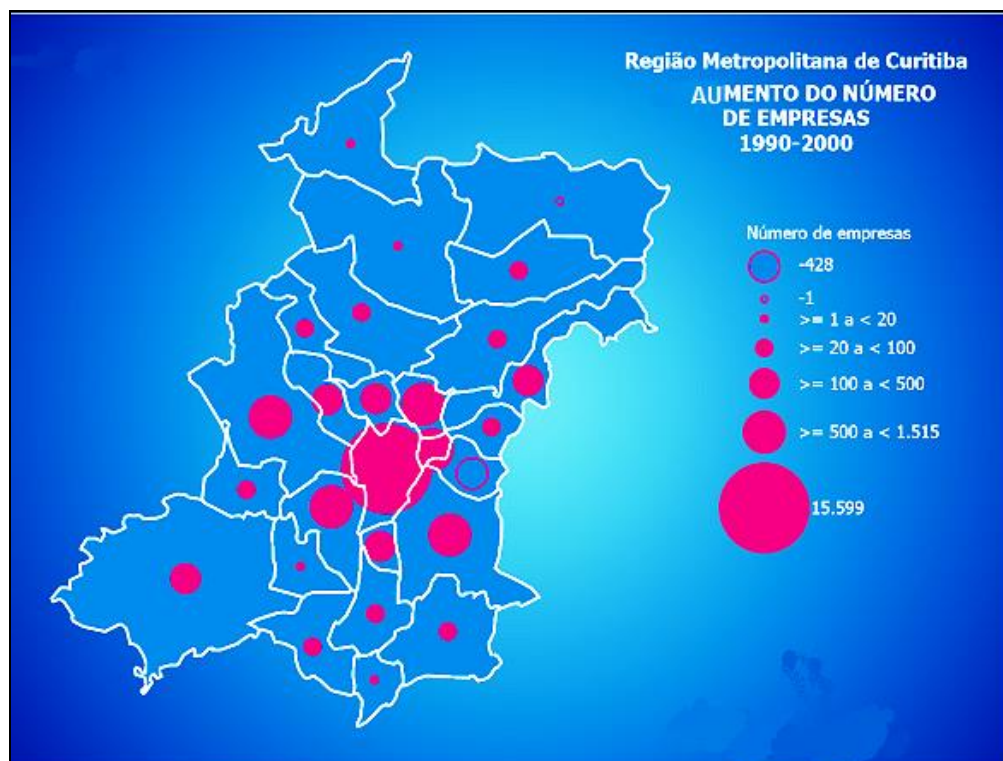


FIGURA 2: Mapa da RMC Empresas 1990-2000.  
Fonte: IPARDES e MOURA 2004.

Vamos analisar e diagnosticar os dados sobre a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), onde pretendemos interpretar as intervenções na economia globalizada no território e a espacialização nesse do novo padrão de **Acumulação Produtiva Flexível**, esta caracterizado por mudanças profundas no paradigma capitalista tecnológico vigente na fase fordista/taylorista, da organização da produção e do trabalho. Que aprofundaram e transformaram o nexos entre as dinâmicas urbana (espacial) e econômica (territorial). A interconexão global entre os mercados cambiais e financeiros e o aprofundamento da internacionalização produtiva; a reorganização do modelo empresarial e tecnológico, a formação de redes empresariais e a tendência à terceirização trouxeram importantes mudanças nos padrões locacionais. Esse novo padrão de acumulação, alicerçado em um fluxo contínuo de inovações tecnológicas e

demanda de novos serviços, impõe que as cidades adaptem sua infra-estrutura e seu meio sócio-profissional como condição para o desenvolvimento dessa nova base material. A presença ou ausência desses requisitos poderá determinar a constituição de pólos dinâmicos da economia globalizada ou poderá relegar à concentração de atividades de baixa qualificação, realimentando um processo de exclusão social e econômica.

Para compreender os efeitos desse processo, além da vertente de análise da reestruturação econômica, ao fazer análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, iremos utilizar das combinações que se articulam para explorar o meio. As combinações geográficas oferecem localização especial (CHOLLEY: op.cit.), as combinações geográficas são aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e ao se articular criam no meio um caráter de estabilidade, de duração ou renovação periódica. As velhas combinações são substituídas pelas novas, conduzindo o sistema a novos rearranjos econômicos, até que surjam combinações mais dinâmicas e dominem no tempo e no espaço, visto que, não há hipótese de que as combinações sejam eternas. Dessas afirmações de Cholley, podemos compreender a dinâmica cíclica das combinações, além do mais, fica bem claro em suas teorias, a alternância da importância dos fatores que compõem uma determinada combinação.

Nossa análise vai se basear nas interpretações feitas pelo IPARDES, através de seus pesquisadores, principalmente no trabalho de (MOURA, 2004, p. 43). O trabalho analisa os efeitos da reestruturação produtiva da economia global sobre a dinâmica da economia metropolitana de Curitiba, procedendo a uma rápida retrospectiva na emergência e consolidação desse espaço no cenário econômico paranaense. Com maior detalhe, analisa o movimento da participação dos municípios da RMC no valor adicionado fiscal (VAF) total e setorial do estado do Paraná; avalia as mudanças na estrutura ocupacional e na distribuição das empresas nesses municípios, com base em informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS); discute a desconcentração da atividade industrial, a partir da aplicação do índice de concentração Hirschman-Herfindal (HH) <sup>i</sup> sobre o VAF; e tece considerações sobre as mudanças no processo de configuração espacial das atividades econômicas na RMC. (MOURA: 2004)

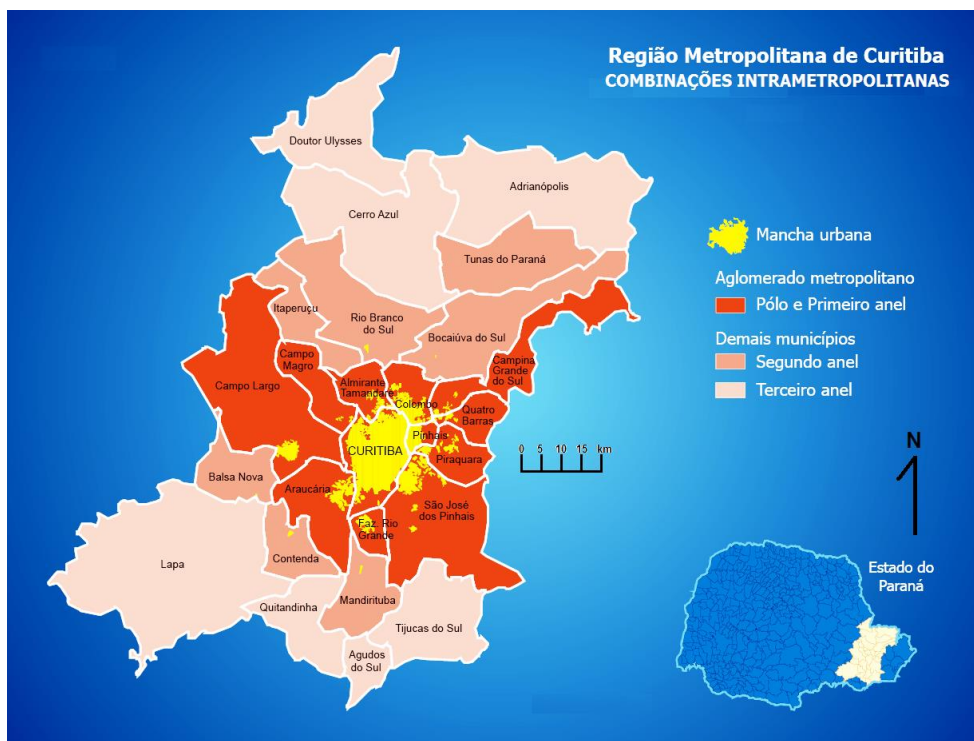


FIGURA 3: Mapa da RMC, 2003.  
Fonte: IPARDES e MOURA 2004.

Delimitam como área específica de análise os 26 municípios que compõem atualmente a RMC, instituída originalmente pela Lei Complementar Federal 14/73 e redefinida por legislações estaduais, configurando um território extenso e bastante heterogêneo.<sup>ii</sup> Por essa circunstância, a análise é particularizada conforme recortes a partir de classificações em uso no IPARDES, definidas com referência no grau de inserção dos municípios na dinâmica metropolitana (MOURA: 1998, DELGADO, et alii.: 2004). Tais classificações sintetizadas na figura de anéis de combinações concêntricas foram compostas com o objetivo de identificar distintas relações entre os municípios oficialmente inseridos no território político-administrativo da RMC, já que os critérios de inserção não implicam aderência ao fenômeno metropolitano. No caso da RMC, esse fenômeno ocorre numa espacialidade central e diminuta, considerando a extensão da Região. Essa territorialização, que reúne o pólo dinâmico e as porções urbanizadas de seus limítrofes, circunscreve a dinâmica metropolitana e formata o aglomerado real.

Além dessa combinação dinâmica que forma o pólo, que concentra 57,3% da população da RMC em dados de 2000. Surge uma segunda combinação formando um primeiro anel, limítrofe ao pólo, que concentra 35,1% da população, sendo composto por municípios que, numa mancha contínua de ocupação, formam com Curitiba o aglomerado metropolitano (Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul,

Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais) <sup>iii</sup>. Entre os demais municípios, podemos distinguir uma segunda combinação formando um segundo anel, com 3,6% da população, composto por municípios limítrofes ao aglomerado, mas que não descrevem continuidade de ocupação e apenas estabelecem relações tênues com o pólo e com os demais municípios do aglomerado (Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperuçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná); e uma terceira combinação de municípios alocadas ao norte e ao sul do segundo anel, com 3,8% dos habitantes da Região, desempenhando atividades rurais e que mantêm relações ainda mais tênues com o aglomerado metropolitano, integrados aos limites regionais por força de legislações estaduais recentes (Adrianópolis, Agudos do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha e Tijucas do Sul), formando o que se chamou de terceiro anel (figura 3).

TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ - RMC - 1975-2000

ÁREA	% DO VAF TOTAL							
	Anos	1975	1980	1983	1985	1989	1996	2000
Aglomerado Metropolitano		15,568	31,907	34,252	27,536	35,310	38,367	41,123
Curitiba		13,474	15,763	18,093	15,617	23,214	25,669	19,892
Primeiro anel		2,094	16,144	16,158	11,919	12,096	12,698	21,231
Segundo anel		1,117	1,107	1,100	1,069	1,300	1,308	1,508
Terceiro anel		0,371	0,467	0,380	0,496	0,415	0,416	0,412
TOTAL RMC		17,056	33,481	35,731	29,101	37,025	40,091	43,043

FONTE: SEFA/IPARDES/MOURA: 2004.

O recorte temporal tem como referência um período abrangente, entre 1970 e 2000, por considerar que ele incorpora grandes transformações da base produtiva paranaense; porém, aprofunda-se na análise da última década, período em que houve intensificação do processo de integração e internacionalização da economia.

As atividades do Setor Primário, que em 1970 respondiam por mais de 40% do VAF gerado no Estado, progressivamente foram superadas pelas do Setor Secundário, que consolidou sua participação atingindo, em 2000, 49,96% dessa renda da economia.

A agricultura, em 2000, respondeu por 13,7% do VAF do Estado, mantendo, contudo, papel relevante, dada a dinâmica multiplicadora na cadeia produtiva. Em 2000, 80,45% do valor bruto da produção agropecuária do Paraná corresponderam à produção de soja, trigo, algodão e milho – importantes como *commodities* e base do segmento agroindustrial de primeiro processamento, bem como dos insumos à cadeia protéico-animal (IPARDES, 2003).

Numa dinâmica paralela e inversa à observada pelo Setor Agropecuário, os segmentos da indústria moderna da metalmeccânica lideraram uma mudança qualitativa



na estrutura industrial do Paraná, centrada no aglomerado metropolitano de Curitiba. (MOURA: 2004)

Como resultado da maturação de investimentos dos anos 70, realizados por mecanismos institucionais de estímulo à atividade produtiva, oriundos do extinto Banco do Desenvolvimento do Paraná (BADEP) e Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), os segmentos da metalmeccânica passaram a apresentar os maiores ganhos no valor adicionado da indústria de transformação.

As mudanças dos anos 70 e 80 refletiram a vinda de grandes grupos, porém com poucas empresas de grande porte. Até então, não constituíam um parque de fornecedores nem desenvolviam relações intersetoriais mais expressivas.

Ao final dos anos 80, a economia paranaense atingiu um patamar qualitativamente distinto, reunindo pré-condições para o desempenho nos anos 90. Em termos de relações de troca, cresceu significativamente seu grau de inserção na economia brasileira e na economia internacional, dinamizando as vendas e compras nesses mercados também ampliados e atribuindo importância a produtos dos segmentos mais modernos em detrimento dos tradicionais.

Na década de 90, essa estrutura industrial incorporou novos segmentos e, desse modo, criou nova dinâmica no Paraná. Particularmente, a economia paranaense aproveitou em meados da década, das condições macroeconômicas favoráveis (estabilização monetária, retorno do investimento direto estrangeiro etc.). Ao programar uma política de atração industrial, baseada no resgate do FDE, que se combina a importantes vantagens locais endógenas como proximidades do mercado do sudeste e de portos tais como Paranaguá, Antonina, Ponta Felix e São Francisco, e com oferta de infra-estrutura em termos de energia, telecomunicações, aeroporto internacional, ferrovias e rodovias.

Esse conjunto de fatores propiciou um ciclo de expansão de empresas de grande porte no estado, em particular das sediadas na RMC, além da introdução de segmentos modernos. Nesse sentido, destaca-se a instalação de grandes montadoras (Renault, com investimentos de US\$ 1,12 bilhão; Volkswagen/Audi, com US\$ 750 milhões; e Chrysler, com investimentos de US\$ 315 milhões – esta já tendo encerrado suas atividades),<sup>iv</sup> e a expansão das atividades de empresas já existentes (Volvo, New Holland, Krone e Bosch).

Essas políticas resultaram o adensamento do segmento metalmeccânico do gênero de transporte no Estado e também à atração de grande número de fornecedores e empresas complementares.

Em termos regionais, o conjunto de políticas implementadas ao longo da década de 1990 constituiu-se em elemento fundamental para a inserção do Paraná na dinâmica espacial da economia brasileira. Parte significativa dos investimentos foi no setor automotivo, com capacidade de geração de efeitos endógenos diretos e indiretos, especialmente no Setor Serviços (MACEDO et alii., 2002).

## Notas

---

<sup>i</sup> O (HH) é um indicador de concentração, que varia entre 0 (nenhuma concentração) e 100 (concentração plena). Sua fórmula é dada pela soma dos quadrados da participação no conjunto de uma população:  $HH = \sum w_i^2$ , em que  $w_i$  = participação relativa de cada unidade no conjunto da população. No presente caso, o indicador está mensurando a concentração do VAF entre os municípios da RMC, de forma escalonada, retirando gradativamente do cálculo os municípios maiores.

<sup>ii</sup> Vale destacar que a RMC é o recorte central da mesorregião Metropolitana de Curitiba, que, conforme delimitação do IBGE, compõe-se dos 26 municípios da Região Metropolitana de Curitiba, oficialmente instituída, além dos municípios do litoral paranaense e de municípios, ao sul da RMC, na divisa com o estado de Santa Catarina, integrando um total de 37 municípios em 2000.

<sup>iii</sup> As tabelas e mapas foram organizados de forma a destacar os recortes correspondentes as combinações geográficas, e as inter-relações entre o meio físico, biológico e o meio social no aglomerado metropolitano, bem como a apresentar as informações também agregadas para esse aglomerado. As análises, no entanto, privilegiam os recortes dos "anéis" evitando a influência das informações do pólo sobre os demais municípios do aglomerado.

<sup>iv</sup> A unidade da Chrysler instalada em 1998 foi desativada em 2001. Em 2002, a Tecumseh comprou as instalações e implantou uma fábrica de motores a combustão. Que vem passando por dificuldades operacionais, juntamente com a Tritec, *joint venture* firmada em 1.997 entre a BMW e a Chrysler, que anunciou a venda da planta para chinesa Lifan Group em 2007, que segundo especulações deverá ser fechada e transferida para China.

---

## REFERÊNCIAS

- AVÉ-LALLEMANT, R. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- BALHANA, Altiva et alii. História do Paraná. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1.
- BASTOS, J. M. Bases teóricas para o estudo do comércio no Sul do Brasil. Florianópolis: Fotocopiado, 2005.
- BIGG-WITHER, T. Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos (1872/1875). Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.
- BOTTOMORE, T. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- CANUTO, O. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisa para o Paraná. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, n° 94, p. 2-28, maio/dez. 1998.
- CASTRO, M. H. M. de. *Dualidade, Modernidade e Atualidade* In: O Pensamento de Ignácio Rangel. São Paulo: Editora 34, 1998.
- CHMYZ, Igor et alii. Curitiba : origens, fundação, nome. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995.
- CHOLLEY, A. (1948) Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. Rio de Janeiro: BG/CNG/IBGE, 1964. BG n°s. 179 e 180.
- CROCETTI, Z. S. Reestruturação Produtiva no Paraná. Curitiba: Letra das Artes, Anais da 13ª SEMAGEO, p. 73-93. 2001.
- ESPÍNDULA, C J. As Agroindústrias no Brasil: O caso Sadia. Chapecó: Grifos, 1999.
- GARCIA, F E. S. Cidade Espetáculo: Política, Planejamento e City Marketing. Curitiba: Palavra, 1997.
- INDJAIAN, A. Saídas para a crise – entrevista com Ignácio Rangel. Análise Conjuntural. Curitiba: IPARDES. V.9, n° 5, p. 1-2, maio 1987.
- IPARDES. Fundação Edson Vieira. Análise Conjuntural, V 24, n.01-02, p.3-12, JAN./FEV Curitiba: 2002.
- IPARDES. Paraná para investidores. [www.ipardes.gov.br/projetos/prinvest/port/home.html](http://www.ipardes.gov.br/projetos/prinvest/port/home.html), 2005.
- LE BOURLEGAT, C A. Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço temporais. Tese (Doutorado em geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2000.
- MAACK, R. Geografia Física do Estado do Paraná, José Olympio, Rio de Janeiro, 2ª ed., 1982.
- MAMIGONIAN, A. e REGO, J. M. Org. O Pensamento de Ignácio Rangel. São Paulo: Editora 34, 1998.
- MAMIGOMIAN, A. A Geografia e a formação social como teoria e como método. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (Org.). O mundo do cidadão, um cidadão do mundo. São Paulo : Hucitec, 1996, p. 198 -206.
- MOURA, Rosa et alii. Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba. Curitiba: IPARDES, 2004.
- RANGEL, I. M. A Dualidade Básica da Economia Brasileira. Rio de Janeiro: ISEB, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957. Escrito em 1953.
- \_\_\_\_\_ “A História da Dualidade Brasileira”. Revista de Economia Política 1(4), outubro 1981: 5-34.
- \_\_\_\_\_ Ciclo, Tecnologia e Crescimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- \_\_\_\_\_ Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Bial, 1987.

---

SANTOS, Milton; PEET, R. Introduction : social formation and spatial organization. *Antipode*, Worcester, v. 9, n 1, p. 1-2, 1977. Edição especial.

SANTOS, M. Society and space : social formation as theory and method. *Antipode*, Worcester, v. 9, n 1, p. 3-10, 1977. Edição especial.

\_\_\_\_\_. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

SCHUMPETER, J. A. (1939) *Business Cycles: a Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. London: Mc Graw and Hill.

SILVA, M A. da. O processo de industrialização no Sul do Brasil. Florianópolis: CFH/UFSC, Cadernos geográficos nº 15, 2006.

SODRÉ, N W. *A Farsa do Neoliberalismo*. São Paulo: Graphia, 1998, 5ª edição, 120 p.